



ACÓRDÃO Nº 787/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2356/2013.

Apensos: Processo nº 2357/2013.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: RAIMUNDO VALDELINO R. CAVALCANTE

4- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975

5- Procurador oficiante do processo: Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

6- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer o presente Embargos de Declaração do Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante, ex-gestor da Agência de Desenvolvimento Sustentável-ADS,, na competência atribuída pelo item “1” da alínea “f” do inciso III do art. 11 c/c os arts. 148 e 149 da Resolução nº 4/2002-TCE.

7.2. Negar Provimento, no mérito, ao presente Embargos de Declaração do Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante, ex-gestor da Agência de Desenvolvimento Sustentável-ADS, em virtude da ausência de omissão no julgado e da improcedência da questão de ordem pública, mantendo, assim, integralmente o Acórdão 322/2017-TCE/Tribunal Pleno (fls. 6.489-6.491, vol. 33).

8- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 25 de Julho de 2017

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara



ACÓRDÃO Nº787/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

10.1 – Auditor presente e Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

11- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral